



# DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — 1\$60

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário do Governo» e do «Diário das Sessões», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional de Lisboa.

ASSINATURAS	
As três séries . . . Ano	360\$
A 1. <sup>a</sup> série . . . »	140\$
A 2. <sup>a</sup> série . . . »	120\$
A 3. <sup>a</sup> série . . . »	120\$
Para o estrangeiro e ultramar	acresce o porte do correio
Semestre . . . . .	200\$
» . . . . .	80\$
» . . . . .	70\$
» . . . . .	70\$

O preço dos anúncios é de 4\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a sua publicação de depósito prévio a efectuar na Imprensa Nacional de Lisboa.

## SUMÁRIO

### Presidência do Conselho:

#### Rectificações:

Ao Decreto n.º 45 818, que promulga o Regulamento Geral das Escolas Técnicas dos Serviços de Saúde e Assistência do Ultramar.

#### Portaria n.º 20 718:

Reforça várias verbas inscritas na tabela de despesa do orçamento privativo das forças navais ultramarinas em vigor na província de Timor.

### Ministério das Finanças:

#### Decreto n.º 45 858:

Transfere verbas dentro dos orçamentos dos Encargos Gerais da Nação e dos Ministérios das Finanças, do Interior, da Justiça, do Exército, dos Negócios Estrangeiros, do Ultramar, da Educação Nacional e da Economia e abre créditos destinados a reforçar verbas insuficientemente dotadas e a prover à realização de despesas não previstas no Orçamento Geral do Estado em vigor — Introduz alterações em várias rubricas dos orçamentos dos Ministérios das Finanças, da Justiça, do Exército, das Obras Públicas, da Educação Nacional, da Economia e das Corporações e Previdência Social e nos orçamentos privativos da Administração-Geral do Porto de Lisboa e da Administração dos Portos do Douro e Leixões.

### Declaração:

De ter sido autorizada a transferência de uma verba dentro do capítulo 13.<sup>º</sup> do orçamento do Ministério.

### Ministério das Obras Públicas:

#### Decreto n.º 45 859:

Autoriza a Comissão de Construções Hospitalares a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção do pavilhão destinado ao serviço de anatomia patológica e casa mortuária do Hospital Central de D. Estefânia.

### Ministério das Comunicações:

#### Decreto-Lei n.º 45 860:

Autoriza a comissão administrativa do Fundo Especial de Transportes Terrestres a assumir, perante quaisquer instituições de crédito nacionais, os necessários compromissos ou obrigações que advierem de operações de crédito já realizadas ou a realizar pelas entidades às quais o referido Fundo pode legalmente facultar financiamentos ou subsídios reembolsáveis.

### Ministério da Saúde e Assistência:

#### Declaração:

De terem sido autorizadas transferências de verbas dentro do capítulo 3.<sup>º</sup> do orçamento do Ministério.

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

### Secretaria-Geral

Tendo sido publicado com inexactidão no *Diário do Governo* n.º 165, 1.<sup>a</sup> série, de 15 do corrente mês de Julho, pelo Ministério do Ultramar, Direcção-Geral de Saúde e Assistência do Ultramar, o Decreto n.º 45 818, determino que se façam as seguintes rectificações:

No § 1.<sup>º</sup> do artigo 2.<sup>º</sup>, onde se lê: «Os regulamentos das escolas serão aprovados pôr portaria do governo da província e delas constarão . . .», deve ler-se: «Os regulamentos das escolas serão aprovados por portaria do governo da província e deles constarão . . .».

Na alínea a) do artigo 16.<sup>º</sup>, onde se lê: «Coadjuvar o munitor . . .», deve ler-se: «Coadjuvar o monitor . . .».

Na alínea j) do artigo 21.<sup>º</sup>, onde se lê: «Todos os demais livros e talonários cujo ano seja . . .», deve ler-se: «Todos os demais livros e talonários cujo uso seja . . .».

Na alínea d) do § 3.<sup>º</sup> do artigo 59.<sup>º</sup>, onde se lê: «Para o curso de educadores sanitários e educadores de saúde pública.», deve ler-se: «Para o curso de educadores de saúde pública.».

Presidência do Conselho, 31 de Julho de 1964. — O Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar.

## Gabinete do Ministro da Defesa Nacional

### Portaria n.º 20 718

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Defesa Nacional, o seguinte:

Nos termos do artigo 6.<sup>º</sup> do Decreto-Lei n.º 42 559, de 3 de Outubro de 1959, reforçar com as quantias que se indicam as seguintes verbas da tabela de despesa do orçamento privativo das forças navais ultramarinas em vigor na província de Timor:

#### Despesas com o material:

Artigo 4.<sup>º</sup>, n.º 2), alínea d) «Aquisições de utilização permanente — Móveis — Material sanitário e cirúrgico» . . . . . 500\$00

#### Pagamento de serviços e diversos encargos:

Artigo 7.<sup>º</sup>, n.º 1), alínea a) «Despesas de higiene, saúde e conforto — Serviços clínicos e de hospitalização — Despesas das enfermarias e postos de socorros com tratamento de pessoal» . . . . . 12 000\$00